



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia
Curso de bacharelado em Ciências Econômicas

Aluno: Antônio Baena de Mesquita –
16/0002451

Orientador: Carlos Alberto Ramos

**Uma tentativa de quantificação dos determinantes socioeconômicos para
homicídios no Brasil.**

Brasília

2022

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a minha família, os quais são os grandes responsáveis pela pessoa que sou hoje. Tenho uma dívida eterna por todas as oportunidades e ensinamentos que me foram passados por eles e uma eterna gratidão por todo o amor e carinho que me foi dado durante toda minha vida. Gostaria de agradecer especialmente meus pais Paulo e Andréa Mesquita, minha irmã e minha prima, Júlia e Maria Eduarda, meus avós, Eduardo e Marta Baena e Antônio e Ruth Mesquita, e minha bisavó, Zilda, por todo o suporte que me foi dado durante os anos que passei na Universidade de Brasília e por toda a minha vida.

Gostaria de agradecer nominalmente algumas pessoas que eu tive o privilégio de conhecer e de conviver graças ao curso de economia da UnB, cada uma destas teve um impacto significativo na minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Acredito que em diversos aspectos somos o produto das pessoas a nossa volta e tenho muito orgulho e admiração por estas. Gostaria então de agradecer: Alceu Braga, Arthur Lorenzo, Bernardo Mendes, Gabriel Mamede, Isabela Brandão, Júlia Queiroz, Matteo Taverna, Natália Corado, Nathalia Torres, Pedro Hamú, Rafael Villarouca, Ricardo Oliveira, Tatiana Frossard, Victor Ho e Vittorio Leite, pela contribuição significativa de cada um destes nesta caminhada.

Por fim, gostaria de agradecer profundamente à Universidade de Brasília e a todos os profissionais envolvidos nesta universidade. Ter estudado na UnB foi sem dúvidas alguma, a maior experiência da minha vida, onde evolui muito como pessoa, acadêmico e profissional, terei para sempre orgulho de ter feito parte desta instituição. Gostaria também de agradecer ao corpo docente do curso de economia, por todos os ensinamentos, e em especial, ao professor Carlos Abertos Ramos, por todo o apoio dado durante a elaboração deste trabalho e por toda a dedicação durante o processo.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi investigar de forma empírica, o efeito de determinadas variáveis de cunho econômico e social sobre a taxa de homicídios no Brasil. Para tal, foram coletados dados dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. O período definido de análise para este estudo foi 2000 até 2014. De tal maneira, foram selecionados um total de 11 indicadores, 4 da esfera econômica e 7 da esfera social. Este espaço de tempo foi marcado por um forte crescimento do PIB e a redução da extrema pobreza e da desigualdade, principalmente entre 2004 e 2014. Todavia, neste período, as taxas de homicídio cresceram em 26 das 27 Unidades da Federação. Para identificar o impacto das variáveis selecionadas, foi utilizado um método de análise de dados em painel. Das 11 variáveis selecionadas, 9 apresentaram resultados estatisticamente significantes, indicando uma correlação com a taxa de homicídios. As variáveis: Taxa de desemprego, Mulher como Pessoa de Referência no Domicílio e Violência contra a Mulher apresentaram um coeficiente positivo e foram estatisticamente significantes, indicando que um aumento nestes indicadores se refletiria em um aumento nas taxas de homicídio. Já os indicadores: Índice Gini, Taxa de Escolarização Líquida, Gravidez na Adolescência, Presença de Programas Públicos de Redução da Violência e Suicídio, apresentaram o resultado inverso, com um coeficiente negativo, mas também estatisticamente significativo. Por fim, PIB per capita, Despesa com Segurança Pública per capita e Despesa com Cultura per capita não apresentaram resultados estatisticamente significantes.

Palavras Chaves: Taxa de Homicídio; Violência; Crime; Determinantes Socioeconômicos da taxa de homicídio

ABSTRACT

The goal of this study was to empirically investigate the effect of certain economic and social variables on the homicide rate in Brazil. For this, data from 26 Brazilian states and the Federal District were selected, the defined period of analysis for this study was from 2000 to 2014. A total of 11 indicators were selected, 4 from the economic sphere and 7 from the social sphere. This period was marked by a strong GDP growth, the reduction of extreme poverty and inequality, mainly between 2004 and 2014. However, in the same period, homicide rates in the country grew in 26 of the 27 states. To identify the impact of the selected variables, a panel data analysis method was used. Out of the 11 selected variables, 9 presented statistically significant results, indicating a correlation between the homicide rate and the selected variables. The variables: Unemployment rate, Women as a Reference Person in the Household and Violence against Women showed a positive coefficient and were statistically significant, indicating that an increase in these indicators would be reflected in an increase in homicide rates. The indicators: Gini Index, Net Schooling Rate, Adolescent Pregnancy, Presence of Public Violence and Suicide Reduction Programs, showed the opposite result, with a negative coefficient, but also statistically significant. Finally, GDP per capita, Public Security Expenditure per capita and Culture Expenditure per capita did not present statistically significant results.

Key words: Homicide Rates; Violence; Crime; Socioeconomic Determinants for Homicide Rate

Sumário

1. Introdução	7
2. Contextualização.	9
2.1 Homicídios e Violência no Mundo.	9
2.2 Homicídios e Violência na América Latina	14
2.3 Homicídios e Violência no Brasil.	17
2.4 Políticas públicas adotadas no Mundo.....	19
2.4 Políticas públicas adotadas no Brasil.....	20
3. Resenha da Literatura	24
3.1 Dados sobre homicídios.	24
3.2 Referencial Teórico – Variáveis Econômicas.	25
3.2 Referencial Teórico – Variáveis Sociais	26
4. Análises Descritivas	30
4.1 Base de dados.	30
4.1.1 Variáveis Econômicas.	31
4.1.2 Variáveis Sociais.	32
4.2 Resultados Empíricos.....	35
5. Conclusão.	38
Anexo I.	40
Referências Bibliográficas	42

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes, países europeus (1300 – 2016)	10
Gráfico 2: Mortes por homicídio por faixa etária, mundo (1990 – 2017)	11
Gráfico 3: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, 1990 × 2017.....	12
Gráfico 4: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, Prevista X Registrada, por país, Américas, 2012 – 2016 (média)	14
Gráfico 5: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, Prevista X Registrada, por país, Europa, 2012 – 2016 (média)	15
Gráfico 6 – Número total de homicídios e taxa de homicídios no Brasil (1980 – 2017) ..	16

Lista de Figuras

Figura 1: Taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes por país (2017).....	10
Figura 2: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, por unidade da federação, Brasil, 2018	18

Lista de Tabelas

Tabela 1: Programas voltados para redução de homicídios no Brasil (1994 – 2015).....	22
Tabela 2: Resultados da Análise Empírica	35

1. Introdução

Economistas têm buscado ao longo das últimas décadas entender quais são as causas raízes da criminalidade. Afinal, a teoria microeconômica presume que pessoas racionais agem de uma determinada maneira dado algum incentivo, alguma necessidade ou até por um simples cálculo mental quanto ao risco e potencial retorno. Caso seja possível determinar exatamente quais as principais variáveis sociais e econômicas que levam pessoas a cometer determinados atos ilícitos, seria então possível agir da maneira mais eficiente para combater diferentes crimes. O primeiro grande marco a instaurar a Economia do Crime como campo de estudo foi a publicação do trabalho de Becker (1968). Neste trabalho, Becker se apoia na teoria econômica neoclássica, com base no conceito de racionalidade microeconômica, para modelar o que leva um indivíduo a cometer atos ilícitos. Afinal, este está ativamente tentando melhorar seu bem-estar, assim como todos os agentes econômicos, e para tal, avalia seu risco e potencial retorno. Após este primeiro trabalho publicado, diversos economistas se aprofundaram nos estudos relacionados à Economia do Crime no Brasil e no exterior, a fim de entender mais precisamente suas origens, econômicas e sociais, assim como seus efeitos.

Nosso objetivo com a presente monografia é realizar uma análise dos determinantes socioeconômicos para homicídios no Brasil. Para tal, serão definidas algumas variáveis de interesse, indicadores econômicos e sociais, durante o período de 2000 até 2014, para todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Estes anos foram selecionados por representar um período marcado por avanços sociais no país, como redução da fome¹ e da pobreza², assim como de grande crescimento do PIB³. Todavia, este período também foi marcado por um aumento na taxa de homicídios em 26 dos 27 estados brasileiros, com exceção do estado de São Paulo. Segundo dados do DataSUS (Sistema de Informações sobre Mortalidade), a taxa de homicídios neste período passou de 27,35 para 29,82 para cada 100 mil habitantes, o equivalente a 57.091 vidas perdidas para a violência apenas no ano de 2014.

O uso da ciência e dos dados pode contribuir para fomentar políticas públicas mais eficientes para combater o crime e a violência.

¹ Brasil foi retirado do mapa da fome pela ONU em 2014

² Taxa de pobreza do Brasil passou de 35,26% em 1999 para 13,9% em 2014

³ Em 2011, o país se tornou a 6ª maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido

2. Contextualização

2.1 Homicídios e Violência no Mundo

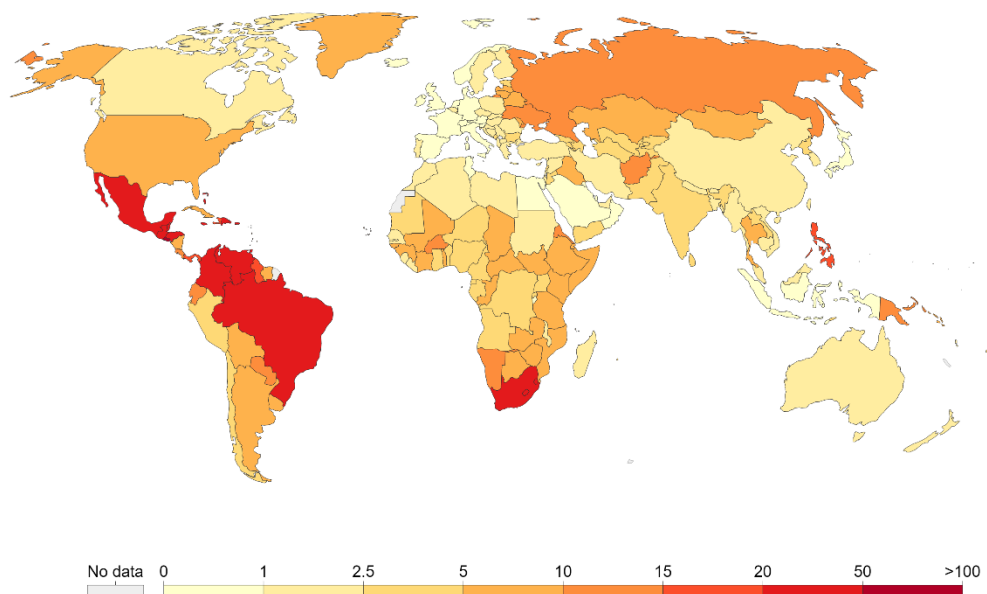
A violência é um fenômeno universal, seja causado por guerra entre países, guerras civis, violência decorrente de diferentes tipos de conflitos internos como a guerra às drogas, ou até mesmo, dentro das casas das pessoas por meio da violência doméstica. Apesar de ser presente em todo o planeta, o seu grau e seus determinantes variam muito. Varia tanto que se torna uma tarefa árdua identificar quais os principais determinantes para um país ser mais violento que o outro.

Há diversos pontos a serem analisados quando observamos os dados de violência sob a perspectiva internacional. Primeiramente, o fato de não ser algo recente, afinal as primeiras iniciativas que buscavam unificar as bases de dados de homicídio ocorreram durante o século XIX⁴, estas surgiram em parte pelo interesse em se buscar uma causa comum entre os países, para entender o que levam pessoas a cometerem crimes violentos.

Uma das hipóteses frequentemente levantadas associa violência à pobreza ou baixo desenvolvimento econômico e social de um país. A ONU (2019) aborda a relação entre desenvolvimento econômico e homicídio e destacou que de fato, há uma relação forte entre desenvolvimento e violência quando se analisa os fatores econômicos e sociais do país. Todavia, a ONU (2019) ressalta que em diversos casos não é possível explicar a violência nos países apenas com base no seu nível de desenvolvimento, inclusive para alguns dos países com as maiores taxas de homicídios do planeta. De tal modo, há diversos outros fatores que precisam ser considerados e serão abordados mais adiante.

⁴ A primeira iniciativa ocorreu durante o Congresso Geral de Estatística em Bruxelas em 1853, FBSP (2016)

Figura 1: Taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes por país (2017)



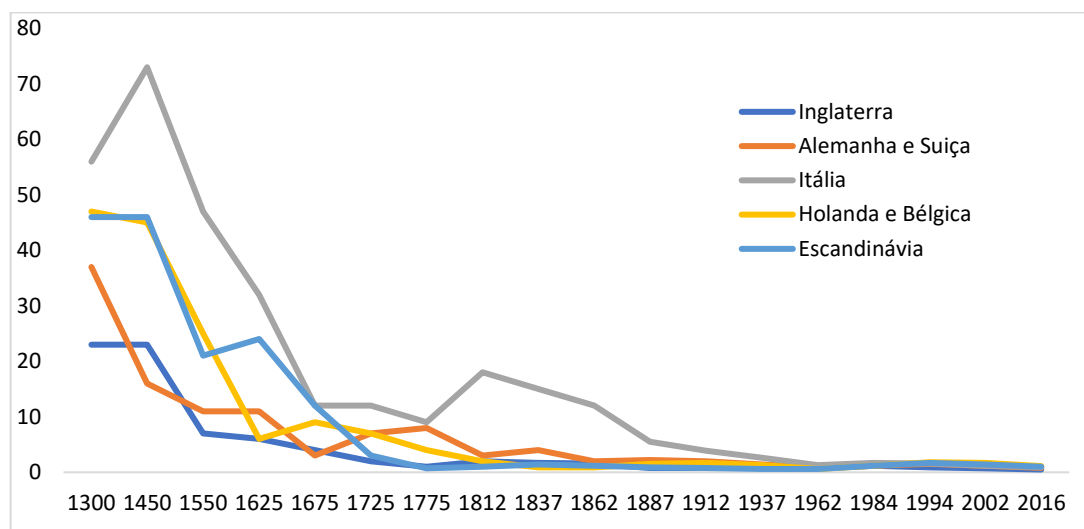
Fonte: Global Burden of Disease Collaborative Network. Global Burden of Disease Study 2017

A imagem acima traz uma fotografia das taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos países do mundo no ano de 2017. É possível perceber como a violência atualmente se concentra em algumas regiões do planeta, em destaque, a América Latina e em menor grau a África subsaariana. O continente americano, tem sido nas últimas décadas o epicentro de uma epidemia de violência, algo que apenas fatores econômicos não têm sido capazes de explicar.

É interessante analisar o caso europeu, afinal se trata do continente com os maiores níveis de desenvolvimento⁵ e menores taxas de homicídio do planeta, Eisner (2003) buscou estimar as taxas de homicídios por 100 mil habitantes de alguns países da Europa ocidental de 1300 até 2016, com base em registros históricos de algumas regiões e países europeus e ao combinar estes dados com a base de dados do estudo de Global Burden of Disease. Sendo assim possível analisar como a violência no continente europeu evoluiu ao longo dos séculos.

⁵ Dos 10 maiores IDHs do mundo em 2020, 8 eram países europeus (ONU)

Gráfico 1: Taxade homicídio para cada 100 mil habitantes, países europeus (1300 – 2016)

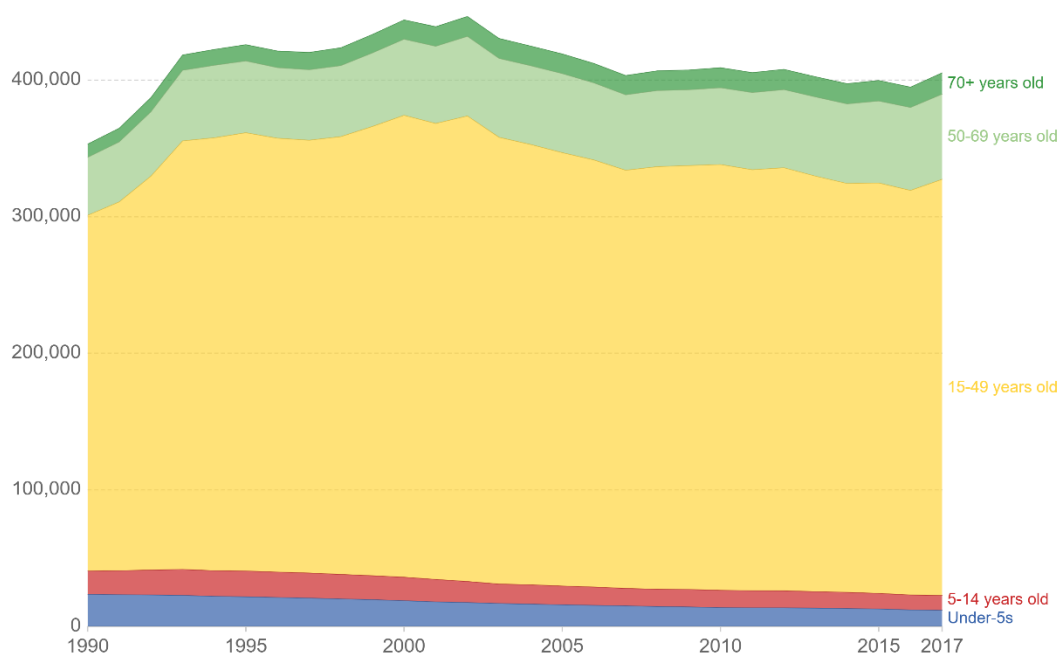


Fonte: Historical Violence Database, Manuel Eisner (2003) e Global Burden of Disease; Elaboração Própria

A violência na Europa reduziu drasticamente ao longo de 7 séculos, uma redução de 78% a 98% entre os países observados. No século XIII e XIV a maioria dos países europeus possuía taxas semelhantes às observadas em alguns países latino-americanos hoje em dia, uma taxa entre 20 e 50 mortes para cada 100 mil pessoas. Se provou possível reduzir as taxas de violência dos países, mesmo que demore tempo. Elias (1939) aborda como o comportamento individual da população europeia foram moldadas ao longo dos anos por atitudes sociais e comportamentos relacionados à violência, por exemplo, foram sendo reduzidos por meio pressões sociais e mudanças nos costumes. Essa teoria também aponta que todos os países estariam passando por este processo, estando apenas em estágios diferentes.

É importante notar que, apesar da violência apresentar uma forte variação quando observamos os países do mundo, alguns pontos podem ser analisados sob a perspectiva global. Em 2017, o homicídio foi a 17ª principal causa de mortes no planeta, segundo o Global Burden of Disease. Em contrapartida, quando analisamos às causas de mortes apenas para a faixa etária de 15 a 49 anos, homicídio apareceu como 9.º colocado, com 405 mil mortes no total sendo destas 304 mil de pessoas entre 15 e 25 anos.

Gráfico 2: Mortes por homicídio por faixa etária, mundo (1990 – 2017)



Fonte: Global Burden of Disease

As mortes de jovens por homicídio representam a maioria das mortes por homicídios ao longo dos 27 anos observados. Apesar do envelhecimento da população que ocorreu nas últimas décadas⁶. As faixas etárias de maior idade apresentaram pouca variação ao longo dos anos e as de menor idade apresentaram uma redução.

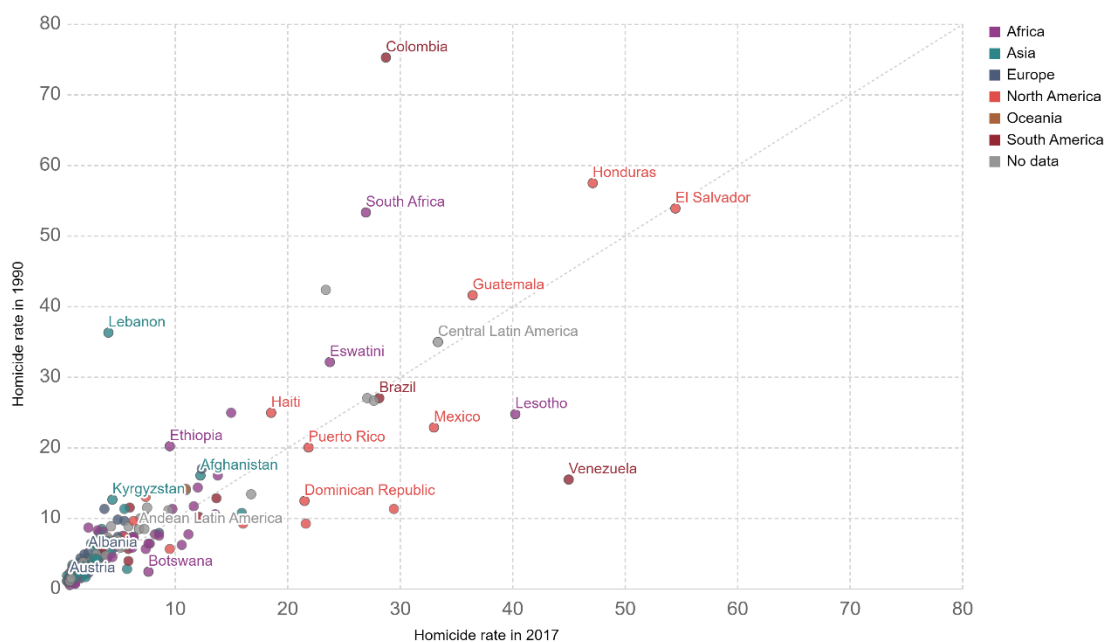
Outro fenômeno que pode ser observado de maneira global é o chamado ciclo da violência, um fenômeno social que se associa com armadilhas da pobreza. onde pessoas nascem em situação de vulnerabilidade social e dificilmente conseguem sair desta armadilha devido às barreiras econômicas e sociais impostas, como, por exemplo, pouco acesso à educação, saúde ou oportunidades. No caso do ciclo da violência, pessoas que nascem em comunidades vulneráveis, correm um risco maior de se tornarem violentas por crescerem em um contexto mais duro e violento, onde muitas vezes há pouca ou até mesmo nenhuma presença do estado. A violência tem efeitos não apenas sobre o indivíduo que sofre diretamente com esta, mas também indiretamente. Altas taxas de criminalidade podem afastar investimentos, gerando instabilidade. Valores de casas e empreendimento se desvalorizam, afinal, pessoas tendem a preferir morar em bairros com baixas taxas de criminalidade. Além de acarretar um aumento

⁶ Em 2018, pela primeira vez na história, o número de pessoas acima de 65 anos superou o número de pessoas abaixo de 5 segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (Desa)

nos gastos em saúde pública e segurança, tanto pública como privada, travando o desenvolvimento econômico e social. A dificuldade em escapar da armadilha da pobreza assim como do ciclo da violência é enorme.

A ONU (2019), gerou um modelo para cada região do planeta afim de observar o quanto é possível explicar a taxa de homicídios de um país com base em seu nível de desenvolvimento. Foi encontrado que, quando analisamos Ásia e Europa, o nível de desenvolvimento de um país pode explicar mais de 70% da variabilidade nas taxas de homicídios, enquanto nas Américas e na África foi possível explicar apenas 30% e 34%, respectivamente. O documento ressalta que outros fatores não econômicos tem um papel muito grande na violência, como o fortalecimento do crime organizado, conflitos armados, além de fatores difíceis de serem quantificados, como cultura, valores ou tradição. A comparação da Ásia com as Américas se torna interessante, pelo fato de ambos os continentes serem compostos, em sua maioria, por países considerados em desenvolvimento e ambos possuírem populações mais jovens que as observadas na Europa ou América do Norte.

Gráfico 3: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, 1990 × 2017



Fonte: Global Burden of Disease

O ciclo da violência dificulta a tarefa para qualquer país que busca reduzir sua taxa de homicídios. A América Latina em especial, tem sido a região que mais sofre com a violência nas últimas décadas, apesar do progresso que o continente tem feito em diversas outras áreas.

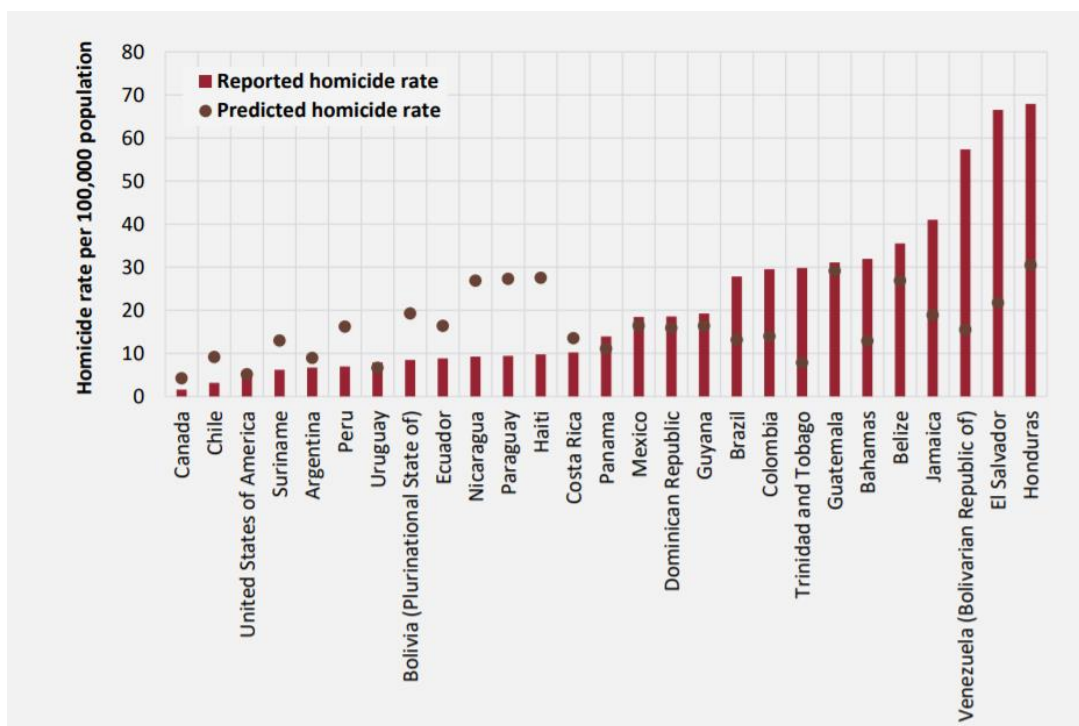
2.2 Homicídios e Violência na América Latina

Segundo Me (2019), a América Latina vive uma “epidemia de violência” nas últimas décadas. O continente viu suas taxas aumentarem significativamente, tendo um impacto direto na qualidade de vida e no modo de viver da sua população. Segundo a ONU, o continente foi responsável por 37% do total homicídios registrados no planeta, apesar de concentrar apenas 8% da população mundial. Conseqüentemente, um estudo realizado em 2018 pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal do México apontou que 43 das 50 cidades mais perigosas do mundo são localizadas na América Latina e o Caribe, sendo o Brasil o 2.º país com maior número de cidades (14 cidades), sendo ultrapassado em 2018 pelo México (15 cidades).

Segundo o Banco Mundial (2015), a taxa de homicídios intencionais para cada 100 mil habitantes no mundo era de 5,9, para o mesmo ano, a América Latina e Caribe apresentaram uma taxa média de 22,3 para cada 100 mil habitantes, com destaque para El Salvador (105), Honduras (56) e Venezuela (52), já o Brasil, registrou 29 mortes para cada 100 mil habitantes.

A ONU (2019) gerou modelos para prever qual seria a taxa de homicídios de um país com base em seus indicadores socioeconômicos, para tal, foi desenvolvido um modelo específico para 4 regiões dos planetas. Utilizando dados como renda, desigualdade, participação feminina na força de trabalho. A ideia por trás desse exercício é que, caso o resultado previsto esteja próximo ao esperado, se entende que os indicadores de desenvolvimento utilizados são responsáveis em boa parte pela taxa de homicídios no país e de tal modo, é esperado que políticas públicas voltadas para estes parâmetros possam reduzir os indicadores de violência. Caso o resultado observado esteja longe do previsto, significa que os indicadores socioeconômicos selecionados não são o suficiente para explicar a taxa do país, e outros fatores não selecionados tem um impacto maior, sendo necessário analisar caso a caso. Algo semelhante ao que este trabalho se propõe, assim como outros vistos na literatura, o documento desenvolvido pela ONU traz como diferencial o grande número de países utilizados para esta análise.

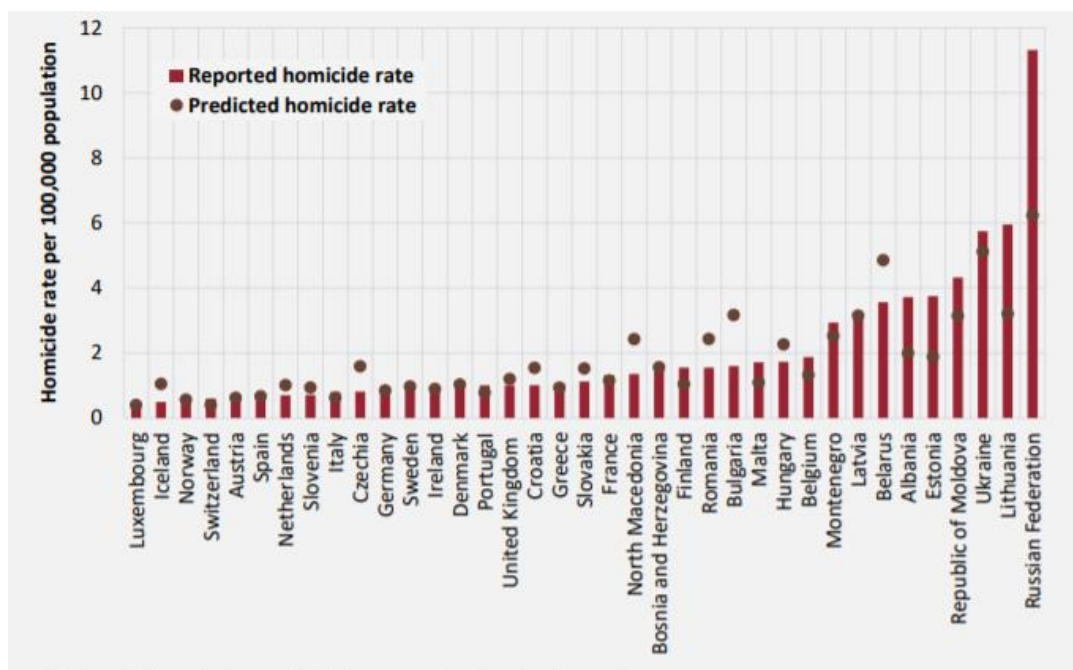
Gráfico 4: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, Prevista X Registrada, por país, Américas, 2012 – 2016 (média)



Fonte: UNODC estatísticas de homicídios/Global Study on Homicide (ONU)

Os resultados obtidos para as Américas encontraram uma grande diferença entre o que é previsto e observado. A ONU destacou o caso de El Salvador, por exemplo, com uma das maiores variabilidades entre os países selecionados. Para este caso específico, a taxa de homicídios caiu significativamente após acordos para tréguas entre os gangues em 2012, o que chegou a reduzir em 32% os assassinatos, segundo o *The New York Times*. Este é um caso em que apenas atuar nos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento pode não ser o suficiente. Em contrapartida, medidas como reforma do sistema prisional, reforma do sistema judiciário e aplicação da lei, além de outras iniciativas sociais e educacionais podem possuir um maior efeito.

Gráfico 5: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, Prevista X Registrada, por país, Europa, 2012 – 2016 (média)



Fonte: UNODC estatísticas de homicídios/Global Study on Homicide (ONU)

Para efeito de comparação, o modelo europeu traz resultados muito mais próximos do que os observados no continente americano, de tal modo, os indicadores socioeconômicos possuem um efeito maior sobre a violência na Europa.

O Instituto Igarapé apontou a urbanização acelerada do continente como um dos responsáveis por este aumento repentino, algo que não ocorreu na mesma intensidade no continente africano, por exemplo. Outro ponto destacado pelo instituto, é a insuficiência de policiais disponíveis em “bolhas de violências”, regiões específicas que concentram uma parte dos casos de violência, assim como a associação da polícia com a criminalidade como no caso da milícia e do tráfico no Rio de Janeiro, além de corrupção na própria polícia, como alguns dos motivos do aumento da violência. A consequência disso é uma falta de confiança tanto no Estado como nos serviços que ele presta por parte da população. A taxa de esclarecimento de homicídios no Brasil estaria em torno de 43%, já na Europa pode chegar até 98%⁷.

Em outro estudo, desta vez realizado pelo Banco de Desenvolvimento Interamericano, o crime na América Latina teve um custo 3% do PIB, com um limite inferior de 2,41% e um limite superior de 3,55%. A violência traz um custo social e econômico para o continente e é

⁷ Caso da Finlândia

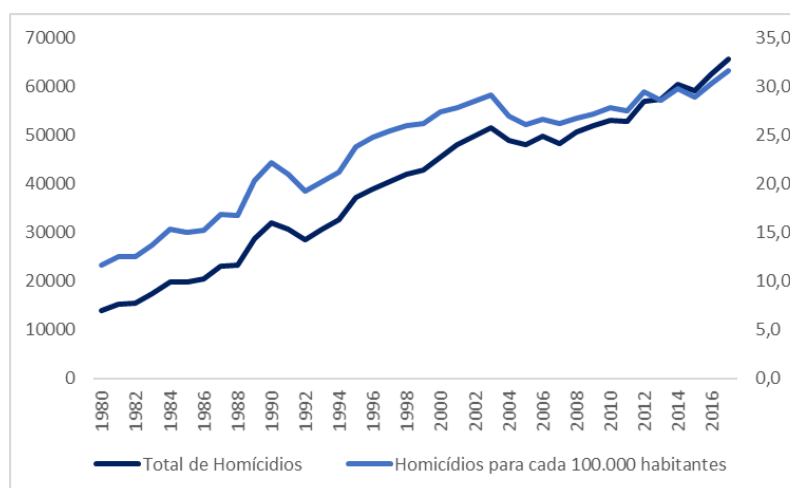
um desafio para o desenvolvimento econômico e social da região. Segundo Jaitman e Compeán (2015), a criminalidade é atualmente a maior preocupação da população da região latino americana e caribenha, maior até mesmo que o desemprego ou a situação econômica do país em geral.

O aumento da violência contrastou com o desenvolvimento econômico que a região observou no início do século. A classe média cresceu 50% entre 2003 e 2009, segundo o Banco Mundial, evidenciando a complexidade do caso latino-americano.

2.3 Homicídios e Violência no Brasil

Ao longo das últimas décadas o Brasil avançou em diversos indicadores relacionados à qualidade de vida da população. Os brasileiros nunca viveram tanto⁸, cada vez mais brasileiros frequentam escolas. Em diversas esferas a qualidade de vida do brasileiro também tem aumentado, desde saneamento básico até o acesso à internet, entretanto os indicadores relacionados à segurança pública têm se mostrado como um desafio para a sociedade brasileira, que atingiu seu pico em 2017 com 63.880 mortes violentas intencionais registradas, equivalente à 30,8 homicídios para cada 100 mil habitantes, ocupando o 13.º lugar no mundo entre as maiores taxas de homicídio segundo o Instituto Igarapé em 2018. Entre 1980 e 2017, 1.513.853 brasileiros faleceram para uma das principais causas mortes evitáveis.

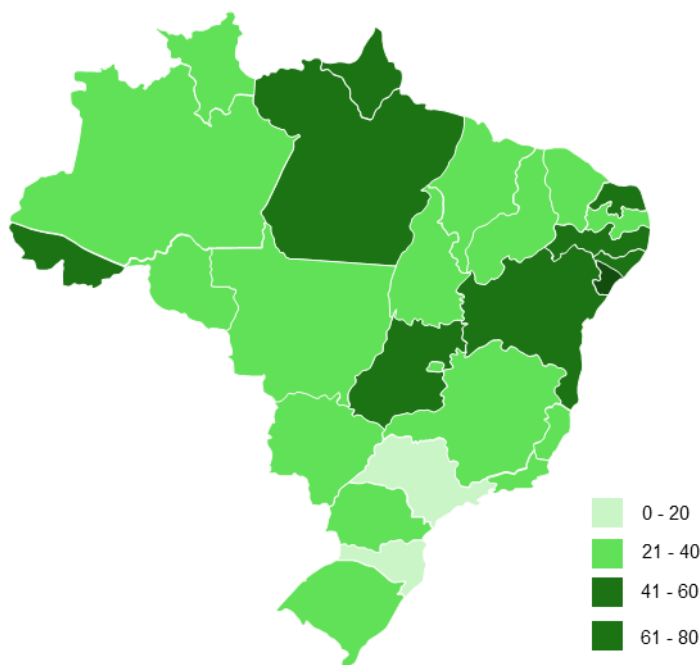
Gráfico 6: Número total de homicídios e taxa de homicídios no Brasil (1980 – 2017)



Fonte: DataSUS (Sistema de Informações sobre Mortalidade); Elaboração Própria

⁸ A expectativa de vida média em 2019 passou a ser de 76,6 anos, segundo dados do IBGE

Figura 2: Taxa de homicídio para 100 mil habitantes, por unidade da federação, Brasil, 2018



Fonte: Atlas da Violência 2018 e Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Elaboração Própria

Apenas 2 estados apresentaram uma taxa de homicídio abaixo de 20 para cada 100 mil habitantes, 16 das 27 unidades da Federação apresentaram uma taxa de homicídio entre 21 – 40 para cada 100 mil habitantes e 9 divulgaram uma taxa acima de 41. A maior taxa registrada no país em 2018 foi de Sergipe com 64,7 por 100 mil, cerca do triplo da média da América Latina.

Segundo a Secretária Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República o custo da violência no Brasil chegou a 4,38% do PIB, equivalente a 285 bilhões de reais. Esse custo é decorrente da segurança pública e privada, seguros e perdas, perda de capacidade produtiva, entre outros. O relatório destaca que apesar do aumento dos gastos, tanto na esfera pública como privada, ao longo das últimas décadas, isso não foi o suficiente para frear o aumento da violência no país, assim necessário a busca por políticas de segurança mais eficientes com base em evidências empíricas.

2.4 Políticas públicas adotadas no Mundo

Inúmeros países, estados e municípios no mundo já adotaram estratégias e políticas voltadas para a prevenção e consequente redução dos homicídios. Tais estratégias podem ser extremamente variadas, apoiadas por metodologias, dados ou por motivos políticos e ideológicos. Welsh e Farrington (2012) ressaltam que tomadas de decisões devem ser baseadas nas melhores evidências científicas.

Uma das estratégias é aprimorar a análise de dados e informações utilizadas pela polícia. Diversos estudos recentes têm apontado à existência da chamada “Lei de Concentração do crime” (Weisburd, 2015), onde as cidades possuem “*hotspots*” (lugares quentes) ou “bolhas de violência”, uma pequena concentração de locais, como bairros ou ruas, aonde grande parte dos crimes como homicídio ocorreriam. Um estudo feito em 2016 pelo Banco de Desenvolvimento Interamericano, analisou a existência destes ‘*hotspots*’ na América Latina, o estudo encontrou evidências de que 50% dos crimes cometidos no continente são concentrados em 3% a 7,5% das ruas e 25% dos crimes se concentram em apenas 0,5% a 2,9% das ruas, seguindo a Lei proposta por Weisburd (Ajzenman, Jaitman 2016). Com base nisto, esta estratégia tem sido adotada nacional e internacionalmente, muitas vezes acompanhadas de outros programas voltados para a prevenção. Em estudo por Braga, Turchan, Papachristos e Hureau (2019) foram analisados 78 programas de intervenção policial voltada para “*hotspots*” e os resultados apontaram uma redução no crime e na desordem.

Alguns locais adotaram a prevenção voltada para jovens, principalmente homens entre 10 e 29 anos, afinal estes representam a vasta maioria das pessoas que matam assim como as pessoas que morrem. Em 2017, o Brasil registrou 31,6 homicídios por 100 mil habitantes, segundo o DataSUS, quando analisados apenas homens da faixa etária 15 a 29 anos, esta taxa sobe para 130 mortes para cada 100 mil. Este é um fenômeno observado não apenas no Brasil como no mundo, logo, diversos programas foram desenvolvidos voltados para este grupo demográfico. Um programa criado pela Universidade de Chicago “*Becoming a Man*” busca ensinar homens jovens a lidar com comportamentos impulsivos que podem gerar violência através de encontros semanais aplicando conceitos de Terapia Cognitivo-Comportamental. Em dois ensaios clínicos randomizados os resultados apontaram uma redução de 50% em prisões consequentes de crimes violentos e um aumento de 20% na taxa de conclusão do ensino médio dos participantes do programa.

O programa Youth In Iceland, realizado pela Islândia se tornou um case de sucesso internacional. O programa tinha como foco a redução do consumo de álcool e drogas entre jovens e obteve um enorme sucesso, entre 1998 e 2018, o consumo de álcool entre jovens passou de 42% para 7%, o de cigarro de 23% para 6% e de maconha de 17% para 7%. Vale notar que diversos estudos como o de Chalub e Borba Telles (2006) apontam uma forte associação entre criminalidade e substâncias psicoativas, havendo alta proporção de atos violentos em que o álcool ou as drogas ilícitas estão presentes entre agressores, suas vítimas ou em ambos. Além disso, Moreira, Sachsida e Loureiro (2010) apontam que o consumo de drogas tem um efeito negativo sobre o acúmulo de capital. O projeto foi baseado em três pilares: evidência e pesquisa, uso de práticas adaptadas as particularidades das regiões e diálogo entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas. O programa conduziu uma análise multifatorial, considerando determinantes como família, ansiedade, valores do grupo de amigos, psicologia, suicídio, internet, depressão, ansiedade e delinquência, obtidos por meio de conversas e questionários com os jovens. Após analisar os dados obtidos e gerar perfis de acordos com as regiões, o projeto visou fortalecer relações comunitárias, associações de pais e de apoio a crianças em risco e apoio a atividades extracurriculares. Um dos pontos que o diretor do programa⁹ levantou em audiência ao Senado brasileiro, foi como o tempo passado com os pais teve um impacto significativo na prevenção do uso de substâncias¹⁰. Entre garotas que ficaram bêbadas nos últimos 30 dias, 42% quase nunca tinham a companhia dos pais, 28% raramente ficavam com eles e apenas 10% estavam quase sempre na companhia dos pais. Um dos principais objetivos do programa é incentivar que jovens passem mais tempo com suas famílias e busca afastar os jovens de más influências por meio de apoio e atividades extracurriculares. Desde então, 28 países desenvolveram programas com base na experiência islandesa, entre eles, Chile, Espanha, França e Austrália.

2.4 Políticas públicas adotadas no Brasil

Em mapeamento realizado pelo Laboratório de Análise de Violência em colaboração com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016, foram mapeados 93 programas na América Latina que possuíam como objetivo principal a redução de homicídios, sendo 14 no

⁹ Jón Sigfússon

¹⁰ Fonte: Agência do Senado

Brasil. O mapeamento identificou 6 estratégias diferentes adotadas, sendo estas voltadas para: controle de Fatores de Risco ou Proteção, que busca controlar armas ou álcool, por exemplo; promoção de Mudanças Culturais; Proteção a Grupos de Risco; Melhorias no Funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, onde busca aumentar a eficiência da polícia; Reinserção, Mediação ou Negociação dirigida a Perpetradores de Violência e por fim, Estratégias Integradas de Redução da Violência Letal. O documento ressalta que muitos destes programas surgiram entre 2006 e 2016, demonstrando um sinal de maior interesse e preocupação política com o tema, apesar de ser necessário mais esforços, dado a gravidade da situação no continente. Entretanto, há uma falta de dados referentes à avaliação de impacto¹¹, resultado de falta de planejamento ou de interesse político, assim como limitações técnicas, prejudicando estudo completo de vários destes programas.

No Brasil, há diversas iniciativas que obtiveram sucesso em reduzir os homicídios e possuem uma grande vantagem em relação às iniciativas no exterior: são testadas e comprovadas para o contexto brasileiro, afinal muitas dúvidas podem ser levantadas quando tratamos de um programa realizado pela Islândia, um país de 400 mil habitantes com um dos maiores IDHs do mundo e falamos em aplicar ele no Brasil.

Quando analisamos os dados de homicídios por UF, um caso que salta aos olhos é o estado de São Paulo, onde a taxa de homicídio passou de 33,1 para 6,4 entre 2001 e 2018. O motivo por trás de tamanha redução ainda é estudado no Brasil, onde há um forte debate entre aqueles que acreditem que foi fruto do uso de tecnologia e uma reforma na polícia, e aqueles que apontam a chamada “Pax Monopolista”. Este argumento assume que a redução nos números de homicídios foi consequente da ascensão ao poder do Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior facção criminosa da capital paulista, que ao assumir o monopólio do crime em determinadas localizações, levou a redução dos conflitos nos territórios em que adquiriu o controle. Segundo Schneider e Biderman (2019), a presença do PCC nas favelas é associado a uma redução em 11% dos crimes violentos entre 2005 e 2009. Deve ser ressaltado que outros programas foram adotados no estado.

Outros estados e municípios também tiveram experiências positivas, como o Fico Vivo, em Belo Horizonte, que focava em relações e apoio dentro das comunidades, em cooperação com a polícia. Entre 2008 e 2010, regiões que recebiam o programa viram uma redução de 69% nos homicídios. Espírito Santo também tem sido visto como um caso recente de sucesso na

¹¹ Apenas 20% destes passaram por uma avaliação de impacto

prevenção ao crime por meio do programa Estado Presente, o programa foca em dois eixos. O primeiro, controle, focado em aumentar a eficiência da polícia, por meio de modernização dos serviços e análise de dados¹². O segundo, prevenção, atuando na prevenção social, envolve as secretarias de cultura, educação, direitos humanos, ciência e tecnologia, busca reduzir a vulnerabilidades dos jovens a violência. O estado que, em 2009, possuía uma taxa de homicídios de 56,4 passou para 29,3. Outro programa de sucesso foi adotado no estado de Pernambuco, Pacto pela Vida, este foi um dos responsáveis pela redução de quase 40% dos homicídios no estado entre 2007 e 2013, segundo o Instituto Igarapé, um dos destaques do programa é o fato de ele ter sido uma das grandes prioridades do governo local e consequentemente recebeu muito apoio político. Outros programas têm sido adotados no Brasil, com diversos públicos-alvo, abordagens e resultados.

Tabela 1: Programas voltados para redução de homicídios no Brasil (1994 – 2015)

Ano	Instituição Responsável	Nome	Tema	Público Alvo
1994	Polícia Militar do Estado de São Paulo	Programa de acompanhamento de policiais militares envolvidos em ocorrências de alto risco (PROAR)	Redução de letalidade policial	Polícia
1998	Ministério Público Federal	Programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas	Proteção de grupo em risco de sofrer homicídios	Vítimas e testemunhas
2001	Prefeitura de Diadema	Plano Municipal de Segurança de Diadema;	Controlar o consumo de álcool	População Geral
2002	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)	Fica Vivo!	Estratégias integradas para redução de homicídios, Intervenções da polícia em áreas de risco	Jovens
2003	Governo Federal	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	Proteção de grupo em risco de sofrer homicídios	Jovens
2007	Governo do Estado de Pernambuco	Pacto pela Vida (PPV-PE)	Planos de prevenção de violência que incorpora um componente de homicídio	População Geral

¹² Um estudo feito pelo estado em 2010 revelou que 50% dos homicídios estavam concentrados em 32 bairros

2008	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Unidades de polícia pacificadora (UPPs)	Intervenções da polícia em áreas de risco	População em situação de risco
2010	Polícia Militar do Estado de São Paulo	Estudo de caso de ocorrências de alto risco (ECOAR)	Redução de letalidade policial	Polícia
2011	Governo do Estado do Espírito Santo	Estado Presente	Estratégias integradas para redução de homicídios, Intervenções da polícia em áreas de risco	Jovens
2011	Governo do Estado da Paraíba	Paraíba Unidos pela Paz	Planos de prevenção de violência que incorpora um componente de homicídio	População Geral
2011	Governo do Estado do Rio de Janeiro e Secretaria da Segurança Pública	Programa Pacto pela Vida (PPV-BA)	Planos de prevenção de violência que incorpora um componente de homicídio	População Geral
2012	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul na Paz	Planos de prevenção de violência que incorpora um componente de homicídio	População em situação de risco
2014	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	Programação Especial de Treinamento e Acompanhamento Psicológico (PETAP)	Redução de letalidade policial	Polícia
2015	Governo de Brasília	Viva Brasília - Nosso Pacto pela Vida	Estratégias integradas para redução de homicídios	População Geral
2015	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	Índice de Aptidão Para Uso da Força Policial (IAUF)	Redução de letalidade policial	Polícia

Fonte: Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe (LAV e FBSP) e Governo do Espírito Santo e Paraíba; Elaboração Própria

3. Resenha da Literatura

3.1 Dados sobre homicídios

Existem atualmente diversas iniciativas voltadas para a unificar os dados de homicídios, no Brasil e no mundo, todavia, esta tem se revelado uma tarefa árdua. Primeiramente, existe uma controvérsia quanto a sua própria definição. Não existe hoje uma classificação uniforme entre países ou até mesmo em um mesmo país, prejudicando o estudo dos dados. Um dos primeiros desafios enfrentados para a criação das bases foi a necessidade de tornar os dados referentes a homicídios de diferentes países comparáveis para fins estatísticos. Para tal, seria necessário determinar clara e uniformemente a definição e como classificar os crimes, que permitiria que esses fossem comparados corretamente.

A tarefa de definir um termo uniforme para aplicar em modelos estatísticos não é simples. Afinal, os países adotam definições legais diferentes para crimes, o mesmo pode acontecer ao nível estadual. Um país ou um estado, pode usar uma definição de crime para as ocorrências onde a vítima faleceu no momento e utilizar outra, caso a vítima faleça em decorrência de ferimentos, enquanto outro país classifica ambos os crimes sob a mesma definição. De tal modo, há diversas formas de se cometer crimes que envolvem assassinato intencional que podem ser consideradas ou não na estatística geral de homicídio, ou ser classificado como outro indicador¹³. Por isso é importante definir bem o indicador que será utilizado a fim de obter um resultado o mais próximo possível da realidade.

Algumas iniciativas internacionais buscam coletar os dados de diversos países e criar bases estatísticas criminais unificadas, algumas destas são: “United Nations Crime Trends Statistics” realizado pelas Nações Unidas, o “Alertamerica” pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Eurostat da União Europeia e projetos comandados pela Interpol e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.

No território nacional, também há iniciativas que buscam gerar essa base de dados unificadas. Segundo o FBSP, o termo homicídio se trata de uma categoria prevista no código penal brasileiro, o qual representa as mortes de natureza culposa. A categoria não inclui algumas formas que podem estar incluídas em outros códigos penais, como, por exemplo, o latrocínio. Algumas das iniciativas que se destacam foram realizadas pelo próprio FBSP, o Mapa da

¹³ Alguns exemplos: latrocínio (roubo seguido de morte), feminicídio (crime de ódio baseado no gênero feminino), infanticídio (matar o próprio filho)

Violência, publicação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Atlas da Violência, realizado pelo IPEA com dados obtidos do SIM/Datasus.

O FBSP publica, anualmente, desde 2006 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, onde agrupa diversos dados referentes à segurança pública no Brasil, sob a perspectiva nacional, estadual e municipal. O primeiro indicador utilizado em 2006 foi “Crimes Letais Intencionais”, que incluía algumas subcategorias como: latrocínio, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Em 2009 e 2010 foram incluídas mortes em confrontos policiais e mortes a esclarecer, respectivamente. Em 2013, o FBSP adotou as Mortes Violentas Intencionais, calculando também para os anos de 2011 e 2012 retroativamente, o indicador representa o total de vítimas por mortes violentas com intencionalidade definida. De tal modo, foi definido que o indicador é equivalente à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de mortes e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora.

O indicador de referência selecionado para este estudo é o mesmo adotado pelo Atlas da violência, com base nos dados do DataSUS, referente às mortes causadas pelas CIDs X85-Y09 e Y35-36¹⁴. A CID¹⁵ é revista periodicamente, estando atualmente em sua décima edição (CID-10), os dados usados no estudo são da CID-BR, gerada pelo Ministério da Saúde, mais próxima à realidade brasileira. As CIDs selecionadas buscam compreender as mortes causadas por agressão e as mortes decorrentes de intervenções legais (Atlas de Violência, 2017).

3.2 Referencial Teórico – Variáveis Econômicas

Um dos grandes desafios dos governos que enfrentam uma epidemia de violência é quebrar o ciclo de violência. Segundo Fajnzylber et al. (2002), homicídios intencionais são altamente inertes, contracíclicos e positivamente relacionado à desigualdade de renda. Segundo Sachsidá, Moreira e Mendonça (2016), há um forte efeito inercial quando analisamos a taxa de homicídio, onde um aumento em 10% na taxa de homicídio em 1 ano representaria um aumento em 9% no ano seguintes. Tais evidências apontam a necessidade de políticas públicas afirmativas e eficientes para atingir a desejada redução da violência.

¹⁴ Lista no Anexo 1

¹⁵ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, é uma ferramenta estatística desenvolvida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o seu objetivo foi desenvolver um código único e universal para classificar doenças e problemas de saúde para permitir análises estatísticas relacionadas à morbidade e mortalidade. O código é composto por letra e número, classificando doenças, sintomas, sinais, queixas, causas externas para ferimentos e circunstâncias sociais

Diversos autores e trabalhos focaram em calcular o impacto de variáveis econômicas na criminalidade Raphael e Winter-Ember (2001) Machin e Meghir (2004) identificaram que o aumento em 1% na taxa de desemprego se reflete em um aumento de 1% nos crimes de propriedade. Segundo Gutierrez, Sachsida, Loureiro e Mendonça (2009), em estudo onde investigaram a relação da desigualdade e atividades criminosas, identificaram a desigualdade de renda como uma das causas raízes de criminalidade, neste mesmo estudo não foi possível verificar uma relação entre pobreza e criminalidade, apesar da literatura apontar para um efeito positivo da pobreza sobre crimes violentos.

Elias, Moreira, Reis e Loureiro (2019) identificaram que se por um lado a taxa de desemprego não era estatisticamente significativa para explicar os homicídios. Com base nos dados das 27 unidades da federação entre 2003 e 2013. Quando foi utilizado o desemprego defasado, ou seja, no período $t - 1$, esta é estatisticamente significativa e, como esperado, possui um efeito positivo sobre as taxas de homicídios. Este mesmo estudo identificou que o PIB per capita não era estatisticamente significativa.

Dados relacionados as forças policiais, também possuem, como esperado, um efeito sobre o crime, segundo Corman e Mocan (2000) foi encontrado fortes evidências de que o encarceramento possui um efeito negativo sobre assassinato e assaltos.

Loureiro, Mendonça e Moreira (2009) encontraram evidências de que fatores econômicos são os principais determinantes para crimes não violentos, o que não se aplica necessariamente a crimes violentos, objeto deste estudo.

3.3 Referencial Teórico – Variáveis Sociais

Quando analisamos crimes violentos é de suma importância levantar as questões sociais que levam a estes tipos de crimes, afinal atos ilícitos violentos como homicídio são vistos de forma muito distinta não apenas pelos sistemas jurídicos, evidenciado pela diferença de penas para crimes violentos e não violentos, mas também pela sociedade em aspectos éticos, morais e religiosos. O peso atribuído à prática de crimes violentos tem um impacto na avaliação de potenciais criminosos, todavia, devemos nos questionar o que causa pessoas a cometerem tais crimes apesar das pressões sociais e riscos envolvidos.

Para este estudo focaremos também na formação dos indivíduos na nossa sociedade, na estrutura familiar e comunitária, interações sociais. Segundo Vaillant, McArthur e Bock

(2022),¹⁶foi observado um impacto significativo das relações familiares, entre crianças e seus pais, sobre a qualidade de vida. Pessoas que possuem ou possuíam relações próximas e carinhosas com suas mães tem como efeito desta relação um impacto positivo não somente no salário, como em sua produtividade e sua qualidade de vida sendo associado a uma redução dos riscos de demência quando mais velhos. Murray (2019), em entrevista, enfatizou o potencial de programas voltados à primeira infância para combate à violência: “A teoria é que programas da primeira infância estão ajudando em duas frentes. A primeira é criando um ambiente mais seguro para as crianças, diminuindo a incidência de maus tratos no ambiente familiar, o que, infelizmente, pode ser muito comum. Essa situação de estresse e a exposição a ambientes como esse podem levar a comportamentos problemáticos por parte das crianças. Isso, tem o potencial de se transformar em comportamento violento e de conflito com a lei. O segundo ponto positivo é aumentar a resiliência da criança, em desenvolver mais habilidades cognitivas e sociais. Em tese, crianças que são apoiadas têm menor tendência em apresentarem envolvimento com violência no futuro.”

Segundo Loureiro, Mendonça e Moreira (2009), a vizinhança onde as pessoas são criadas tem um impacto sobre o crime que as pessoas podem vir a cometer. Aqueles criados em “boas” vizinhanças apresentam uma probabilidade menor de cometer crimes violentos quando comparamos a crimes não violentos, evidenciando o papel da comunidade onde as pessoas vivem e suas influências sobre a violência. Mendonça, Loureiro e Sachsida (2002) estudaram o caso brasileiro com base em estudos internacionais realizados por Grogger (1997), Witte e Witt (2000), Imai e Krishna (2001) e Lochner (2001) encontraram resultados que apontam que crimes violentos são mais relacionados a fatores sociais como estabilidade familiar e interações sociais que crimes não violentos.

Um dos pontos que será levantado por este estudo é referente à violência doméstica e seu impacto sobre a taxa de homicídio. Segundo Vargas, Cataldo e Dickson (2005), crianças que crescem em lares onde ocorre violência doméstica possuem um risco maior de se envolver em relações abusivas quando adulto, seja como o abusador ou vítima. O artigo aponta que garotos que testemunham a mãe sofrer abuso possuem uma chance 10 vezes maior de cometer alguma forma de abuso em um relacionamento com uma mulher quando adulto, já para garotas, estas possuem 6 vezes mais chances de sofrer abuso sexual em comparação com outras meninas que

¹⁶ Estudo realizado pela universidade de Harvard que analisa há mais de 75 anos a qualidade de vida das pessoas na região de Boston nos EUA

crianças cresceram em lares sem violência. Monnat e Chandler (2015) analisaram mais de 52 mil adultos entre 18 e 64 anos nos Estados Unidos por 3 anos, foi identificado que ser vítima ou testemunha de violência doméstica e abuso, assim como morar na mesma residência que alguém que foi preso ou que fazia abuso de álcool e drogas possuía um efeito negativo sobre a saúde ao longo prazo das crianças, aumentando o risco de obesidade, diabetes e problemas cardíacos. Segundo o Child Welfare Information Gateway (2015), os efeitos a curto prazo da violência em adolescentes. Homens adolescentes tendem a externar estas experiências por meio de comportamentos violentos, como se envolver em brigas, impactando a educação, apresentando maior propensão a faltar aulas e apresentaram comportamentos considerados de risco, como começar a consumir álcool e drogas ou ter relações sexuais sem proteção. Além disso, Heirigs e Moore (2018) utilizaram um índice de desigualdade de gênero e analisaram com o de homicídio em 94 países, os resultados apontaram que conforme a desigualdade de gênero aumenta, também aumentam os homicídios em geral e não apenas de mulheres.

Educação é frequentemente levantada como uma das principais alavancas capazes de reduzir a violência. Por meio de um racional econômico, uma maior educação está associada a uma maior renda para o indivíduo, aumentando o custo de oportunidade para este cometer um crime. Além disso, muitos defendem que a educação possui um grande papel na formação da personalidade e sobre o modo de agir de um indivíduo, a escola pode, em tese, ensinar paciência, disciplina e ética, além de diversas outras características que podem afastar uma pessoa do crime. Quando se observa os dados referentes à detentos, estes tendem a ter níveis educacionais bem abaixo das médias nacionais. No Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2017, 70% dos presos nem sequer possuíam o ensino fundamental completo e 92% não haviam concluído o ensino médio, além disso, 8% eram analfabetos, segundo a Pnad 2019, 27,4% da população total acima de 25 anos possuía o ensino médio completo. Lochner e Moretti (2004) analisaram dados de presidiários, detenções e autorrelatos e observaram que escolarização reduz significativamente o risco de um indivíduo ser preso.

Bell, Costa e Machin (2018) analisaram leis e políticas americanas que buscavam manter as pessoas mais tempo em escolas, mesmo que de forma compulsória. Observaram que não somente estas políticas melhoraram a educação como também diminuíram a criminalidade. Um dos pontos levantados pelo estudo é que, nos Estados Unidos, os jovens têm maior propensão em cometer crimes aos 18 anos. Ao manter jovens ocupados e com responsabilidades, longe das ruas, é possível reduzir a exposição ao crime e más influências. Os autores apontam que pode ser uma estratégia que tende a ser mais eficiente que o

encarceramento dos jovens, sendo melhor mandar jovens para a escola que para a cadeia, onde estes sofreriam muito mais influências negativas, além de possivelmente aprender “técnicas” do crime. Os autores entendem que se houvesse um efeito apenas na redução da criminalidade durante o período que os jovens estivessem na escola, esta não seria eficiente economicamente, todavia eles ressaltam que os efeitos de redução também são observados à longo prazo, sendo assim uma política mais interessante em termos econômicos e sociais. A Comissão dos Direitos Humanos do Senado em 2015 recomendou a todos os estados a adoção da educação em tempo integral, alinhado com a ideia de que quanto mais tempo na escola, mais tempo longe de possíveis influências negativas tendo potencial em reduzir a criminalidade.

Além dos danos causado pela perda das vidas, assaltos, e outras mazelas sociais consequentes da violência, atividades ilícitas também afetam a economia. Segundo De Medeiros e Moreira (2011), “o índice de percepção de corrupção de um país afeta positivamente as taxas de juros nominais e a taxa de juros real do mercado” após análise de dados de 75 países, de tal modo uma atividade ilícita, como a corrupção, pode afetar diretamente os níveis de investimento de um país. Loureiro e Caputo (2011) citam “Armadilhas da Violência”, onde países possuem extrema dificuldade em quebrar o chamado ciclo da violência, estas armadilhas surgem em localizações pobres, muitas vezes presas na “armadilha da pobreza”, onde o ambiente já apresenta níveis altos de violência, o que diminui investimento na região e consequentemente diminui o crescimento econômico, que leva então a um aumento de crimes violentos, os autores também citam como variáveis de desenvolvimento e crime tendem a mudar muito pouco ao longo do tempo.

A discriminação contra ex-detentos também prejudica diretamente a expectativa de renda daqueles que cometeram algum crime no passado, mesmo após terem cumprido suas penas. Nagin e Waldfogel (1993) encontraram evidências empíricas que o encarceramento tem um impacto negativo no salário de indivíduos, muitas vezes ficando presos a trabalhos temporários. Tais barreiras prejudicam quem cometeu os crimes, seus familiares e a sociedade. De tal modo, a descriminação sofrida pelo mercado de trabalho pode agir como um incentivo negativo e levar o indivíduo a cometer crimes novamente. Segundo Sachsida, Mendonça e Moreira (2018) em estudo sobre criminalidade e discriminação no mercado de trabalho, foi possível confirmar as hipóteses levantadas por Nagin e Waldfogel (1993). Empregos de longo prazo fornecem incentivos, treinamentos e estabilidade, atributos essenciais quando analisamos a atratividade do emprego como fator para reduzir a reincidência da criminalidade.

4. Análises Descritivas

4.1 Base de dados

Este estudo utiliza a técnica de dados em painel com dados anuais para estimar o impacto de diversas variáveis de cunho econômico e social, para os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal do ano 2000 até 2014. A variável dependente escolhida foi a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes, como abordado anteriormente, foi definido que para calcular o número de homicídios seria utilizada a base do DataSUS, com os dados referentes às mortes causadas pelas CIDs X85-Y09 e Y35-36. CIDs, esta é a mesma definição para homicídio utilizada pelo Atlas da Violência. Com esta base é possível calcular o número total de homicídios para cada ano, por estado. Para calcular a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes, foram utilizados os dados de população disponibilizados pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD). A taxa é obtida realizando a seguinte conta: Taxa por 100 mil habitantes = Número total de homicídios/ População x 100.000.

Foram selecionadas as seguintes variáveis com um viés mais econômico:

- a. PIB per capita (pib per capita)
- b. Índice GINI (gini indice)
- c. Taxa de desemprego (tx desemprego)
- d. Despesa com Segurança Pública per capita (despesa seguranca)

E para as variáveis com viés social, foram selecionadas as seguintes:

- a. Mulher como pessoa de referência dentro do domicílio (mulher pessoa ref)
- b. Gravidez na adolescência (gravidez adolesc)
- c. Taxa de Escolarização Líquida (tx escolarização liquida)
- d. Despesa com Cultura per capita(despesa cultura)
- e. Presença de programas públicos voltados para a redução da violência (programas de red)
- f. Violência com a mulher (violencia mulher)
- g. Suicídio (suicidio)

4.1.1 Variáveis Econômicas

Como visto no capítulo 3.1, alguns destes indicadores já foram analisados em outros trabalhos acadêmicos e apresentaram significância, como, por exemplo, o índice Gini. Kim, Loureiro, Moreira e Sachsida (2009) apontaram que variáveis socioeconômicas, assim como variáveis relacionadas ao sistema judiciário, em questões como punições aos crimes, possuem uma relação forte com homicídios.

PIB per Capita (DATASUS e IBGE/PNAD): Muitas vezes utilizado como termômetro da economia. Segundo Nakabashi (2018), apesar de apresentar imperfeições, o PIB é frequentemente utilizado para medir o desenvolvimento econômico de um país e se relaciona com medidas de bem-estar geral. Dado obtido a partir das bases de dados do DATASUS¹⁷

Índice Gini (DATASUS e IBGE/PNAD): Busca medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice gini já foi abordado em outros estudos semelhantes, Fajnzylber et al. (2002), por exemplo, já haviam identificado o homicídio como altamente inerte, contracíclico e positivamente relacionado à desigualdade de renda, ou seja, quanto maior a desigualdade, maior a violência. Os dados foram novamente obtidos a partir da base de dados do DATASUS.

Desemprego (IBGE/PNAD): Uma pesquisa conduzida pela ONG Observatório das Favelas apontou que, no Rio de Janeiro, a maioria dos jovens entra no tráfico com a intenção de ajudar financeiramente suas famílias. Elias, Moreira, Reis e Loureiro (2019) identificaram que, se por um lado, a taxa de desemprego não era estatisticamente significativa, quando se utilizava a taxa de desemprego defasada, ela se tornava significativa e positiva, ou seja, uma maior taxa de desemprego, levaria a uma maior taxa de homicídios. A taxa de desemprego foi calculada a partir da taxa da População Economicamente Ativa (PEA), $(PEA - \text{Ocupados}) / PEA$.

Despesas em segurança pública per capita (Anuário Brasileiro de Segurança Pública e do Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional.): A lógica seria que estados com maiores gastos proporcionais à segurança pública apresentem uma menor taxa de homicídios, afinal, isso representaria mais profissionais combatendo o crime e uma maior infraestrutura. Entretanto, algo deve ser notado, em alguns casos, o aumento das despesas ocorre somente após o aumento da criminalidade e pode ter dificuldades para reduzir esta, por

¹⁷ Além dos dados do DataSUS, também foram utilizados dados disponibilizados pela CODEPLAN-DF para completar alguns dados que estavam faltando

isto, pode ser interessante ver como esta variável vai reagir no caso dos estados brasileiros. Gutierrez, Mendonça, Sachsida (2009) e Loureiro apontaram que o aumento dos gastos em segurança pública pode reduzir a criminalidade.

4.1.2 Variáveis Sociais

Em um estudo realizado pela ONG Observatório das Favelas identificou durante a última década, que os traficantes adotaram um comportamento “familiar” para recrutar jovens, também houve um aumento no número de jovens abaixo de 12 anos que se associaram ao tráfico. Graças ao estudo, foi possível de traçar características comuns aos jovens que ingressam no tráfico, uma das principais portas de entrada para a criminalidade e violência, se trata de jovens negros, homens, nascidos em famílias numerosas e chefiada por mulheres com baixa renda, que largaram a escola e com experiências de trabalho precárias.

Mulher como pessoa de referência dentro do domicílio (IBGE/PNAD): Segundo o Instituto de Psicologia da USP, 5,5 milhões de brasileiros não possuem registro paterno na certidão de nascimento e quase 12 milhões de famílias são formadas por mães solo. O abandono paterno além de gerar uma pressão sobre a mãe, que precisa trabalhar em um, ou às vezes até mais empregos, para sustentar a família, ao mesmo tempo que precisa estar presente para criar os filhos. Mandelbaum (2017) aponta que o abandono paterno deixa marcas no desenvolvimento psicológico das crianças, que podem buscar suas referências em outros adultos, o que pode gerar consequências negativas, principalmente quando tratamos de jovens que crescem em comunidades presas em armadilhas de pobreza e violência, onde muitas vezes o tráfico pode se aproveitar desta vulnerabilidade psicológica e social para aliciar os jovens. Segundo o IBGE, em 2018, mulheres recebiam 79,5% do salário médio dos homens, de tal modo, a tendência seria os homens assumirem o papel de referência dentro do domicílio, apoiando a família por meio da renda. O que vemos diariamente no Brasil, entretanto, é uma cultura ainda pouco debatida na sociedade, de abandono paterno ou de baixa participação do pai na criação das crianças, de tal modo, é de se esperar que um aumento dos domicílios chefiados por mulheres, leve a um aumento das taxas de homicídios, mas é importante se destacar que esse acréscimo seria consequência deste abandono e da sobrecarga sobre a mulher e não uma consequência de uma maior independência econômica da mulher na sociedade.

Gravidez na Adolescência (DATASUS): Este indicador busca identificar uma cultura de planejamento familiar entre jovens, o que também reflete uma cultura de planejamento a médio e longo prazo de vida. Estados onde há uma menor incidência de gravidez na adolescência podem indicar a presença de políticas públicas como educação sexual ou campanhas de conscientização. Cruz, E., Cozman, F.G., Souza, W. *et al.* (2021) apontaram que a gravidez na adolescência é associada à evasão escolar, que impacta a renda das mulheres pelo resto de suas vidas e conseqüentemente impacta o desenvolvimento e o acesso a oportunidades dos filhos. O Banco de Desenvolvimento da América Latina aponta que a gravidez repercute em desvantagens em relação ao trabalho e à inserção produtiva, tornando estas jovens mais vulneráveis a pobreza, violência, criminalidade e exclusão social. De tal modo, é de se esperar que um aumento em neste indicador deva representar um aumento na violência.

Taxa de Escolarização Líquida¹⁸ (IBGE/PNAD): Este indicador nos permite analisar pontos com a evasão escolar, assim como o desempenho dos jovens na escola, pois em caso de reprovação o jovem não se encontraria mais na faixa prevista. Raúl Zepeda Gil, Carlos Alberto Pérez Ricart. (2022), em estudo realizado no México, identificaram que a educação pode ajudar a reduzir determinados tipos de crimes, e sugerem que políticas públicas voltadas para a educação podem reduzir violência interpessoal, todavia, destacam que quanto a crimes relacionados ao tráfico de drogas o mesmo efeito não foi observado.

Despesa com cultura (IBGE): Não é raro no Brasil, jogadores profissionais de futebol comentarem como o esporte os ajudou a seguir uma vida longe do crime enquanto outros amigos não tiveram a mesma oportunidade, o mesmo vale para diversos artistas. Muito se comenta sobre uma “cultura de violência” hoje existente no Brasil, e programas culturais podem ser utilizados para combater este “status quo”, levando a uma redução da violência. O Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe da LAV e do FBSP, o elemento cultural acaba surgindo como um dos pilares em muitos programas no Brasil e no resto do mundo, apresentando um certo êxito como visto no capítulo 2.5. Tais programas podem se basear tanto no combate ao crime como na prevenção, atuando diretamente com os mais jovens, principalmente em situação de vulnerabilidade.

¹⁸ Segundo o Observatório da Criança e do Adolescente, “A Taxa de Escolarização Líquida representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (seis ou sete a 14 anos de idade) para estar cursando determinada etapa de ensino e a população total na mesma faixa etária

Homicídio de Mulheres¹⁹ (DATASUS): Este indicador passou a ser tratado a partir de 2015 como feminicídio no Brasil, onde o assassinato é cometido em razão do gênero. O feminicídio foi enquadrado de tal maneira para tratar de algumas situações específicas, principalmente discriminatórias ou casos de violência doméstica. Como visto no capítulo 3.2, a violência doméstica também deixa marcas nos filhos e aumenta significativamente as chances dos jovens se envolverem com violência no futuro. Além disso, homens são mais propensos a se envolverem com violência e serem vítimas de homicídios. Em 2016, das quase 62 mil vítimas de homicídios, 92% destas foram de homens. Mais mortes de mulheres pode sugerir uma violência mais descontrolada onde mais pessoas que não estão envolvidas diretamente com a criminalidade, como em casos de disputas de facções criminosas, são mortas como efeito colateral de disputas.

Programas públicos voltados para a redução da violência (FBSP/LAV): Variável dummy quanto a presença de um programa de política pública para combater a violência de forma direta ou indireta, como visto no capítulo 2.4.

Suicídio (DATASUS): Em um estudo realizado por Machado DB, McDonald K, Castro-de-Araujo LFS, et al (2020) onde foi feita análise longitudinal dos 5507 municípios brasileiros foi identificado uma correlação entre suicídio e homicídio no Brasil, sugerindo que campanhas voltadas para a redução do homicídio poderiam ter efeito também na redução do suicídio, agora estamos testando a relação inversa, se estados onde foi observada uma redução dos suicídios também observaram uma redução dos homicídios.

¹⁹ Como não havia legislação prévia no Brasil (em 2015 o Brasil passou a adotar o termo feminicídio no código penal), para este indicador foram selecionados os mesmos dados do DATASUS dados referentes às mortes causadas pelas CIDs X85-Y09 e Y35-36. CIDs, mas selecionando apenas as vítimas mulheres.

4.2 Resultados Empíricos

Tabela 2: Resultados da Análise Empírica

<i>Predictors</i>	<i>taxa_homicidio</i>		
	<i>Estimates</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	44.21	23.76 – 64.65	<0.001
tx desemprego	82.67	35.73 – 129.60	0.001
pib per capita	0.00	-0.00 – 0.00	0.827
gini indice	-46.33	-77.78 – -14.88	0.004
despesa seguranca	0.00	-0.00 – 0.00	0.294
mulher pessoa ref	0.46	0.23 – 0.68	<0.001
violencia mulher	0.10	0.09 – 0.12	<0.001
despesa cultura	-0.00	-0.00 – 0.00	0.070
tx escolarização líquida	-0.27	-0.43 – -0.11	0.001
gravidez adolesc	-0.00	-0.00 – -0.00	<0.001
programas de red	-5.42	-8.97 – -1.86	0.003
suicidio	-0.02	-0.02 – -0.01	<0.001
Observations	271		
R ² / R ² adjusted	0.563 / 0.544		

Fonte: Elaboração própria

Este estudo tem como objetivo central analisar o efeito das variáveis selecionadas sob a taxa de homicídios.

- i) A variável PIB per capita não é estatisticamente significativa. O resultado obtido foi o mesmo encontrado por Lacerda S. Elia; Moreira, Tito b. S.; Reis, Carlos V. S. e Loureiro (2019) em um estudo que analisava especificamente a taxa de homicídios de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos.
- ii) A variável Índice Gini é estatisticamente significativa, todavia, seu resultado foi oposto ao esperado, apresentando um coeficiente negativo. Ou seja, um aumento na desigualdade levaria a um aumento nos homicídios. Isso é contrário ao observado em

boa parte da literatura, Fajnzylber et al. (2002), por exemplo, havia identificado que os homicídios são positivamente relacionados à desigualdade de renda.

- iii) Quanto a taxa de desemprego, esta é estatisticamente significativa e positivamente relacionada a variável dependente, como esperado. Gutierrez (OECD); A. Sachsida; Mario J. C. de Mendonça e Loureiro (2009) identificaram que o desemprego é relacionado positivamente com a criminalidade, não apenas com homicídios. É possível assumir, que o desemprego diminua o custo de oportunidade de indivíduos o que pode levar este a se envolver com atividades criminosas.
- iv) Quanto a despesas em segurança pública, seu resultado foi não significativo estatisticamente e apresentou um coeficiente com sinal positivo, diferente do esperado. Isso pode ser explicado pelo grande efeito inercial presente no caso da violência. Sachsida, A; Mendonça, Mario J. C. de; Moreira, Tito B e Loureiro (2016) identificaram que um aumento em 10% na taxa de homicídios do ano anterior pode acarretar um aumento de 9% no ano seguinte. De tal modo, alguns estados podem aumentar sua despesa em segurança pública em um determinado ano e mesmo assim não obter um retorno no curto prazo deste aumento.
- v) A variável mulher pessoa de referência no domicílio é estatisticamente significativa e positivamente relacionada a taxa de homicídios, como esperado. Nas condições atuais de boa parte das mulheres no Brasil, ser a mulher referência nem sempre está associada a uma questão de igualdade de gênero, mas sim de falta de apoio do cônjuge no domicílio, podendo ser associado a questão abandono paterno. Isso gera uma sobrecarga sobre milhões de mulheres em todo o país que ficam responsáveis não somente pela renda do domicílio, como pelas tarefas domésticas e criação dos filhos, e de tal modo, afetando o desenvolvimento das crianças dado essa falta de estrutura e de apoio.
- vi) A violência contra mulher apresentou um resultado estatisticamente significativo e positivamente relacionado, como esperado. Como visto anteriormente, a violência doméstica pode impactar significativamente o desenvolvimento de jovens e levá-los a se tornarem mais violentos. Além disso, também indica uma questão cultural de violência mais generalizada, tendo em vista que no Brasil e no mundo, homens são de longe os principais envolvidos em violência, tanto como responsáveis como quanto vítima.
- vii) Despesa com cultura não apresentou um resultado estatisticamente significativo.

- viii) Taxa de escolarização líquida apresentou um resultado estatisticamente significativo um coeficiente com um sinal negativo, como esperado. É possível inferir, assim como apontado pela literatura, que a educação pode sim ter um papel importante na redução de crimes violentos.
- ix) A variável gravidez na adolescência apresentou um resultado estatisticamente significativo e um coeficiente negativo, diferente do esperado. Primeiramente deve ser notado que o coeficiente, apesar de negativo, apresentou uma magnitude bem baixa, segundo que este indicador visava avaliar uma cultura de planejamento de longo prazo entre jovens e não o impacto da gravidez na adolescência no desenvolvimento dos filhos destas jovens.
- x) A variável dummy Programas de Redução apresentou um resultado significativo e um coeficiente negativo, como esperado. Isso indica um certo grau de eficiência dos programas adotados no Brasil. Vale se destacar que cada programa deve ter uma avaliação de impacto individual para determinar a eficiência e retorno econômico e social destes.
- xi) Por fim, a última variável, suicídios, também apresentou um resultado significativo, com um coeficiente negativo, diferente do esperado, mas de baixa magnitude. Isso indica um efeito contrário do observado quando utilizamos o suicídio como variável dependente.

5. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar como determinadas variáveis econômicas e sociais afetam a taxa de homicídio. A violência é um dos grandes males do Brasil e do continente latino-americano, destruindo vidas, aumentando a desigualdade e prejudicando o desenvolvimento econômico. O uso de ferramentas econométricas e análise de dados pode apoiar a formulação de políticas públicas mais eficientes e que tragam um retorno para a população, atuando mais diretamente nas principais alavancas que possam reduzir a taxa de homicídio dos estados brasileiros. Este estudo não almeja trazer verdades absolutas quanto as causas da violência no Brasil, mas apontar indicativos de onde pode se originar.

Foi observado, por exemplo, que algumas variáveis econômicas não geraram resultados estatisticamente significantes, como o PIB per capita ou despesa em segurança pública. Indicando não ser um simples problema de se ter ou não dinheiro, e se caso tenha, simplesmente despejar este dinheiro nas forças de segurança não resolverá a situação. Outras variáveis econômicas como o índice Gini e a taxa de desemprego apresentaram resultados estatisticamente significantes e um coeficiente de alta magnitude. Sugere que ao atuar na redução do desemprego também estamos atuando na redução da violência, por exemplo.

Loureiro, Mendonça e Moreira (2009) apontaram que fatores econômicos são os principais determinantes para crimes não violentos, algo que não se aplicava necessariamente para crimes violentos. De tal modo, para este estudo, selecionamos diversas variáveis sociais que envolvem educação, cultura e estrutura familiar para determinar os impactos destes na taxa de homicídios. Das 7 variáveis sociais selecionadas, 6 apresentaram um resultado estatisticamente significativo. Sugerindo que indicadores como o aumento da taxa de escolarização líquida e a presença de programas de redução de violência são medidas eficazes para a redução dos homicídios nos estados brasileiros. Enquanto questões como sobrecarga das mulheres assim como violência doméstica devem ser combatidas para buscar a redução das mortes decorrentes de violência intencional.

Para estudos futuros, pode ser interessante não somente abordar outras variáveis, novamente trazendo uma abordagem econômica e social, mas também realizar uma comparação com outros países latino-americanos que apresentem condições econômicas, sociais e culturais semelhantes à brasileira, assim como desafios semelhantes na esfera da segurança pública.

Em suma, foi possível concluir que das 11 variáveis selecionadas, 8 apresentaram significância estatística, demonstrando o papel da esfera econômica e social no combate a crimes violentos no Brasil, neste caso em questão, os homicídios.

Anexo I

Para este estudo em questão foram selecionadas as CIDS X85 até Y09 e Y35-36, que incluem:

X85: Agressão meio de drogas medicamento e substâncias biológicas

X86: Agressão por meio de substâncias corrosivas

X87: Agressão p/pesticidas

X88: Agressão por meio de gases e vapores

X89: Agressão outro produto químico substâncias nocivas

X90: Agressão produtos químicos e substâncias nocivas não especificados

X91: Agressão enforcamento estrangulamento sufocação

X92: Agressão por meio de afogamento e submersão

X93: Agressão disparo de arma de fogo de mão

X94: Agressão disparo arma fogo de maior calibre

X95: Agressão disparo outra arma de fogo ou não especificados

X96: Agressão por meio de material explosivo

X97: Agressão por meio de fumaça fogo e chamas

X98: Agressão vapor água gases ou objetos quentes

X99: Agressão objeto cortante ou penetrante

Y00: Agressão por meio de um objeto contundente

Y01: Agressão por meio de projeção de um lugar elevado

Y02: Agressão por meio de projeção ou colocação da vítima diante de um objeto em movimento

Y03: Agressão por meio de impacto de veículo a motor

Y04: Agressão por meio de força corporal

Y05: Agressão sexual por meio de força física

Y06: Negligência e abandono

Y07: Outro síndrome de maus tratos

Y08: Agressão por outros meios especificados

Y09: Agressão por meios não especificados

Y35: Intervenção legal

Y36: Operações de guerra.

Referências Bibliográficas

ARAGAKI, Caroline. O abandono afetivo paterno além das estatísticas. 7 de agosto de 2019 , *Instituto de Psicologia da USP*. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/noticia/o-abandono-afetivo-paterno-alem-das-estatisticas/> . Acesso em: 05/03/2022.

ARCHIBOLD, Randal C. Gangs' Truce Buys El Salvador a Tenuous Peace, 27 de Agosto de 2012, *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2012/08/28/world/americas/in-el-salvador-gang-truce-brings-tenuous-peace.html> . Acesso em: 24/02/2022.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). Instituições para o Desenvolvimento - Divisão de Capacidade Institucional do Estado. *Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe*. 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Os-custos-do-crime-e-da-viol%C3%Aancia-Novas-evid%C3%Aancias-e-constata%C3%A7%C3%B5es-na-Am%C3%A9rica-Latina-e-Caribe.pdf> . Acesso em: 26/02/2022.

BATISTA, Vera. Apenas 44% dos homicídios são esclarecidos no Brasil, diz Instituto Sou da Paz. 13 de outubro de 2021, *Correio Braziliense*. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/10/4955098-apenas-44-dos-homicidios-sao-esclarecidos-no-brasil-diz-instituto-sou-da-paz.html> . Acesso em: 26/02/2022.

BECKER, Gary. S. Crime and Punishment: An economic approach. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, vol. 76, 1968, pp. 1-60.

BELL, Brian, COSTA, Rui, MACHIN, Stephen. Why education reduces crime. *VoxEU CEPR* (online). 2018.

BIDERMAN, Ciro, DE MELLO, João M.P., DE LIMA, Renato S. et al. Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. *Journal of Quantitative Criminology*, Vol. 35, 2019, pp. 573–605.

BRAGA, Anthony, TURCHAN Brandon, PAPACHRISTOS, Andrew, HUREAU, David. Hot spots policing and crime reduction: an update of an ongoing systematic review and meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*. Vol. 15. 2019.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *PNAD 2014 – breves análises*. Nota Técnica. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6521/1/Nota_n22_Pnad_2014.pdf. Acesso em: 20/02/2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Atlas da Violência*. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22/02/2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Atlas da Violência*. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> . Acesso em: 22/02/2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). *Projeto: Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário*. Estudo das classificações estatísticas e tipificações penais de mortes violentas nos compêndios internacionais e iniciativas federais. 22 de abril de 2016. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Estudo_classificacoes_estatisticas_tipificacoes_penais_2016.pdf. Acesso em: 22/02/2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE /Diretoria de Pesquisas. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2010-2060*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados> . Acesso em: 26/02/2022.

BRASIL. Secretária Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil*, Relatório de Conjuntura Nº 4. 2018. Disponível em: https://arquivos.sesvesp.com.br/files/downloads/40/relatorion4.040618.web_.1..pdf. Acesso em: 26/02/2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) . *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*: 2021. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf> . Acesso em: /03/2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) . Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2015. 2015. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf . Acesso em: /03/2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) . Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2013. 2013. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/7_anuario_2013-corrigido.pdf . Acesso em: /03/2022.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Laboratório de Análise da Violência. Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe. 2016. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/FBSP_Mapeamento_programas_prevencao_homicidios_2016_FIN_AL.REPORT_eng.pdf . Acesso em: 28/02/2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, Pnad Contínua – Educação 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf . Acesso em: 05/03/2022.

CARNEIRO, Francisco G., LOUREIRO Paulo R., SACHSIDA, Adolfo. Crime and social interactions: a developing country case study, *The Journal of Socio-Economics*, Vol. 34, nº 3, 2005, pp. 311-318.

CHALUB, Miguel, BORBA TELLES, Lisieux E. Álcool, drogas e crime. *Revista Brasileira de psiquiatria* ; Vol. 28, 2006. pp. 69-73.

CORONA. Sonia. América Latina nunca teve tantos jovens, mas não aproveita impulso. 26 de julho de 2015, *EL PAÍS*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/internacional/1437565216_070158.html . Acesso em: 22/02/2022.

CORMAN, Hope, H. Naci Mocan. A Time-Series Analysis of Crime, Deterrence, and Drug Abuse in New York City. *American Economic Review*, Vol 90, nº3, 2000, pp. 584-604.

CRUZ, Emerson, COZMAN, Fabio G., SOUZA, Wilson et al. The impact of teenage pregnancy on school dropout in Brazil: a Bayesian network approach. *BMC Public Health*, Vol. 21, 2021, 1850.

DATASUS. IBGE (2022). Índice Gini per capita. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufb.htm> e <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/7435>
Acessado: 10 de fevereiro de 2022

DATASUS. IBGE. PIB per capita. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/produto-interno-bruto> . Acessado: 10 de fevereiro de 2022

DATASUS/SIM (2022). Homicídio de Mulheres. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def> e. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

DATASUS/SIM (2022). Homicídios. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def>. Acessado: 10 de fevereiro de 2022

DATASUS/SIM (2022). Suicídio. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/ext10uf.def> . Acessado: 15 de fevereiro de 2022

DATASUS/SINASC (2022). Gravidez na Adolescência. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

EISNER, Manuel. Long-Term Historical Trends in Violent Crime, Crime and Justice *The University of Chicago Press*. Vol. 30, 2003. pp. 83-142

EUA. U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau. Child Welfare Information Gateway. Understanding the effects of maltreatment on brain development. *Issue Brief*, 2015. Disponível em: https://www.childwelfare.gov/pubPDFs/brain_development.pdf . Acesso em: /03/2022.

FAJNZYLBBER, Pablo, LEDERMAN, Daniel, LOYAZA, Norman.. What Causes Violent Crime?. *European Economic Review*, Vol. 46, 2002, pp. 1323-1357.

FBSP (2021). Despesas em segurança pública per capita. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

FRANCO, Luiz. Maioria dos jovens do RJ entra no tráfico para ajudar a família. 31 de julho de 2018, *Época Negócios*. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/07/jovens-do-rj-entram-no-trafico-para-ajudar-familia-e-ganhar-muito-dinheiro.html> . Acesso em: 05/03/2022.

GARCIA, Maria F. 70% dos presos no Brasil não concluíram o ensino fundamental. 20 de dezembro de 2017, *Observatório do terceiro setor*. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/70-dos-presos-no-brasil-nao-concluiram-o-ensino-fundamental/> . Acesso em: 05/03/2022.

GROGGER, Jeffrey. Local Violence and Educational Attainment. *The Journal of Human Resources*, Vol. 32, nº4, 1997, pp. 659-682.

HEIRIGS, Mark, MOORE, Matthew. Gender inequality and homicide: a cross-national examination. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, Vol. 42, nº4, 2018, pp. 273-285

IBGE (2022). População Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente> e https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock . Acessado: 10 de fevereiro de 2022

IBGE/PNAD (2022). Despesa com Cultura per capita. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=downloads>. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

IBGE/PNAD (2022). População Economicamente Ativa.. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1867>. Acessado: 10 de fevereiro de 2022

IBGE/PNAD (2022). Mulher como pessoa de referência dentro do domicílio. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html e <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

IBGE/PNAD (2022). Taxa de Escolarização Líquida. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/565-taxa-de-escolarizacao-bruta-e-liquida-no-ensino-medio?filters=1,134>. Acessado: 15 de fevereiro de 2022

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION (IHME). *Findings from the Global Burden of Disease Study*. 2017. Disponível em: https://www.healthdata.org/sites/default/files/files/policy_report/2019/GBD_2017_Booklet.pdf. Acesso em: 22/02/2022.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION (IHME). *Global Burden of Disease Study 2019 (GBD 2019) Results*. 2021. Disponível em: <https://ghdx.healthdata.org/gbd-2019>. Acesso em: 24/02/2022.

IMAI, Susumu, KRISHNA, Kala. Employment, Dynamic Deterrence and Crime. *NBER Working Paper 8281*, 2001.

JAITMAN, Laura, AJZENMAN, Nicolás. BID. Crime concentration and hot spot dynamics in Latin America. *IDB Working Paper Series*; 699. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Crime-Concentration-and-Hot-Spot-Dynamics-in-Latin-America.pdf>. Acesso em: 28/02/2022.

JASPER, Henrique. Especialista em criminologia defende programas voltados à primeira infância para redução de crimes e violência. 22 de novembro de 2019, *Assessoria de Comunicação do Ministério da Cidadania*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/especialista-em-criminologia-defende-programas-voltados-a-primeira-infancia-para-reducao-de-crimes-e-violencia>. Acesso em: 26/02/2022.

JOSEPHSON, Kimberly, FRANCIS, Robert, JAYARAM, Shubha. *Políticas para promover la culminación de la educación media en América Latina y el Caribe*. Lecciones desde México y Chile. Corporación Andina de Fomento. 2018. Disponível em: <https://www.r4d.org/wp-content/uploads/CAF-Promoting-Secondary-School-Retention-in-LAC-SPA.pdf> . Acesso em: 05/03/2022.

JUSTUS, Paulo. Brasil é a sexta maior economia do mundo. 06 de março 2012. *Jornal O Globo*, Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-a-sexta-maior-economia-do-mundo-4233033>. Acesso em: 22/02/2022.

LIEM, Marieke, SUONPAA, Karoliina, LEHTI, Martiti, et al. Homicide clearance in Western Europe. *European Journal of Criminology*. Vol.16, 2019. Pp.81-101.

LISSARDY, Gerrardo. Por que a América Latina é a região mais violenta do mundo. 21 de julho de 2019, *BBC News Mundo*, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48988559> . Acesso em: 24/02/2022.

LOCHNER, Lance. A Theoretical and Empirical Study of Individual Perceptions of the Criminal Justice System. *NBER Working Paper Series*, 2001.

LOCHNER, Lance, MORETTI, Enrico. The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports. *American Economic Review*, Vol. 94, nº1, 2004, pp. 155-189.

LOUREIRO, Paulo R, CAPUTO, Emilson S. What Causes Intentional Homicide?. *Journal of International Development*, Vol. 24, 2011, pp.287-303.

LOUREIRO, Paulo R., MOREIRA, Tito, B. S., MEDEIROS, Karl M. Efeitos da Corrupção Sobre a Taxa de Juros. *Revista Economia e Desenvolvimento*, Vol. 11, nº1, 2012, pp.47-69.

MACHADO, Daiane B., MCDONALD, Keltie, CASTRO-DE-ARAÚJO, Luis F. S., et al. Association between homicide rates and suicide rates: a countrywide longitudinal analysis of 5507 Brazilian municipalities. *BMJ Open*, Vol. 10. 2020.

MACHIN, Stephen, MEGHIR, Costa. Crime and Economic Incentives. *The Journal of Human Resources*, Vol. 39, nº4, 2004, pp. 958–979.

MONNAT, Shannon, CHANDLER, Raeven F. Long Term Physical Health Consequences of Adverse Childhood Experiences. *The Sociologist Quarterly*, Vol. 56, nº4, 2015, pp. 723-752.

MUGGH, Robert, TOBÓN, Katherine. Igarapé Institute. *Citizen security in Latin America: Facts and Figures*. Strategic Paper, ed. 33, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Citizen-Security-in-Latin-America-Facts-and-Figures.pdf> . Acesso em: 26/02/2022.

NAGIN, Daniel, & WALDFOGEL, Joel. (1993). The Effect of Conviction on Income Through the Life Cycle. *NBER Working*, 4551, novembro 1993.

NAKABASHI, Luciano. PIB pode refletir o bem-estar de países. 4 de julho de 2018, *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pib-pode-refletir-o-bem-estar-de-paises/> . Acesso em: 05/03/2022.

NORBERT, Elias. O processo civilizador I. *Jorge Zahar Editor*, v.1, 1994. Pp. 1-60. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/09/ELIAS_Norbert._O_processo_civilizador_volume_1.pdf . Acesso em: 24/02/2022.

OLIVEIRA, Nielmar. Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem, diz IBGE. 8 de março de 2019, *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge> . Acesso em: 05/03/2022.

ONU. Department of Economic and Social Affairs. *World Population Prospects 2019: Highlights*. 2019. Disponível em: https://population.un.org/wpp/publications/files/wpp2019_highlights.pdf. Acesso em: 24/02/2022.

ONU. FAO, IFAD e WFP. 2014. *The State of Food Insecurity in the World 2014*. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em: 20/02/2022.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente*:

Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. 2019. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf . Acesso em: 22/02/2022.

ONU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano*. 2015. Disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2015_report_pt.pdf . Acesso em: 22/02/2022.

ONU. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). *Global Study on Homicide*. 2019 Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet1.pdf>. Acesso em: 22/02/2022.

ONU. United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Office on Drugs and Crime's International Homicide Statistics database. 2022. Disponível em: <https://dataunodc.un.org/> . Acesso em: 24/02/2022.

RAPHAEL, Steven, WINTER-EBMER, Rudolf. Identifying the Effect of Unemployment on Crime. *The Journal of Law and Economics* Volume 44, nº1, 2001, pp. 259-283

RATTON, José L., GALVÃO, Clarissa, FERNANDEZ Michelle. Instituto Igarapé. *O Pacto pela Vida e a redução de homicídios em Pernambuco*. Artigos Estratégicos. Agosto 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf> . Acesso em: /03/2022.

REDAÇÃO. Programa que reduziu uso de drogas na Islândia é apresentado a senadores, 4 de setembro 2019, *Agência do Senado*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/programa-que-reduziu-uso-de-drogas-na-islandia-e-apresentado-a-senadores> . Acesso em: 28/02/2022.

RUIC, Gabriela. Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo. 6 de abril de 2019, *Exame*, Disponível em: <https://exame.com/mundo/estas-sao-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo/> . Acesso em: 24/02/2022.

SACHSIDA, Adolfo, MOREIRA, Tito B., LOUREIRO, Paulo. The Effect of Drug Use on Capital Accumulation. *Revista Economia e Desenvolvimento*. Vol. 9, 2010, pp.101-108

SACHSIDA, Adolfo, CARDOSO MENDONÇA, Mario J., MOREIRA, Tito, B. S., LOUREIRO, Paulo R. A., Evolution and Determining Factors of Homicide Rate in Brazil. *Revista Espacios*. Vol. 37, nº24, 2016. Pp. 10

SACHSIDA, Adolfo, LOUREIRO, Paulo R., MENDONÇA, Mario J. C, GUTIERREZA, Maria B. S. Inequality and Criminality Revisited: further evidence from Brazil. *Empirical Economics*, Vol. 39, nº 1, 2009, pp.93-109.

SACHSIDA, Adolfo, LOUREIRO, Paulo R., MENDONÇA, Mario J. C, MOREIRA, Tito, B. S. Crime, Economic Conditions, Social Interactions and Family Heritage. *International Review of Law and Economics*, Vol. 29, 2009, pp. 202-209

SACHSIDA, Adolfo, LOUREIRO, Paulo R., MENDONÇA, Mario J. C, MOREIRA, Tito, B. S. Junior, NASCIMENTO, Antônio. Crime and Discrimination in The Labour Market: An Empirical Approach. *International Journal of Economics and Finance*, Vol.10, nº.3, 2018.

SACHSIDA, Adolfo, LOUREIRO, Paulo R., MOREIRA, Tito, B. S. JUNG EUN, Kim. Criminalidade Feminina: Uma Análise Empírica a Partir dos Dados do Presídio Feminino de Brasília. *Revista Economia e Desenvolvimento*, Vol.8, nº1, 2009, pp .7- 55.

SILVEIRA, Andréa M., ASSUNÇÃO, Renato M. et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública*. Vol. 44, 2010, pp. 496-502.

SIPRIANO, Elias, L., MOREIRA, Tito, REIS, Carlos V., LOUREIRO, Paulo R Menores Homicídios afetam Significativamente a Taxa de Homicídios no Brasil. *Revista Razão Contábil & Finanças*, Vol. 10, nº2, 2019.

VAILLANT, George E., MCARTHUR, Charles C.; BOCK, Arlie. Grant Study of Adult Development, 1938-2000. *Harvard Dataverse*, V4, 2022.

VARGAS, Laurie. CATALDO, Jason, DICKSON, Shanon. Domestic Violence and Childre: , *VISTAS: Compelling perspectives on counseling*, 2005, pp.67-69.

VIEIRA, Anderson. CDH propõe escola em tempo integral como alternativa à redução da maioria penal, 8 de dezembro de 2015, *Agência do Senado*. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/12/08/cdh-propoe-escola-em-tempo-integral-como-alternativa-a-reducao-da-maioridade-penal> . Acesso em: 05/03/2022.

WEISBURD, David. The law of crime concentration and the criminology of place. *Criminology*. Vol. 53, 2015.

WELSH, Brandon C., FARRINGTON, David P. Science, politics, and crime prevention: Toward a new crime policy. *Journal of Criminal Justice*, Vol.40, 2012. Pp. 128–133.

WITTE, Ann D., WITT, Robert. What we Spend and What We Get: Public and Provision of Crime Prevention and Criminal Justice. *Fiscal Studies*, Vol. 22, nº1, 2001, pp. 1-40.

YOUNG, Emma. How Iceland Got Teens to Say No to Drugs, 19 de Janeiro de 2017, *The Atlantic*. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/health/archive/2017/01/teens-drugs-iceland/513668/> . Acesso em: 28/02/2022.

ZEPEDA, Raúl, RICART, Carlos. Effects of long-term development and schooling expansion on the decline in homicide rates: Mexico from 1950 to 2005. *Journal of Crime and Justice*. 2022.